

A hora da verdade

CPI - Orçamento

Antonio Caraballo

A Nação não está de chateiras e a Copa do Mundo de 94 começa apenas em junho próximo. Tirante esses detalhes, o dia de hoje em tudo se parece com uma final de campeonato mundial de futebol, com o Brasil em campo. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, as atenções estarão voltadas para o Auditório Petrônio Portela do Senado Federal, onde a CPI que investigou as atividades da máfia do Orçamento começa uma histórica sessão de pelo menos 18 horas ininterrup-
tas, para leitura, discussão e votação do relatório final dos trabalhos e a proposição de punições para os culpados.

Não são poucas as pressões, internas e externas ao Congresso que buscam conter o espírito inquisidor dos membros da Comissão de Inquérito e amenizar o tom de seu relatório final e a extensão das punições propostas. Alimenta-se em um passado de notórias atitudes corporativistas, onde raras vezes o Legislativo cortou sua própria carne, a ênurrada de charges e chistes sugerindo que, no fim, tudo poderá terminar em pizza. Para além dos obstáculos que a CPI teve que enfrentar até o clímax no dia de hoje, o próprio processo formal de punição de um parlamentar exige muita témpera de seus pares, ao longo do cumprimento de etapas que deverão consumir entre 40 e 60 dias.

Mas, não cabe dúvida de que esta é a hora da verdade do Congresso Nacional e, por extensão, da própria concepção de regime democrático vigente no País. Após quase cem dias de investigações rumorosas, cidadãos e contribuintes ficaram chocados com o desvio criminoso de pelo menos 15 milhões de dólares em subvenções sociais. O mau uso de escassos recursos públicos, frutos de um apetite tributário que desequilibra a relação entre o Estado e a Nação, avança para uma

cifra em torno de 100 milhões de dólares. A multiplicação do patrimônio de parlamentares que ao chegarem na vida pública tinham de seu pouco mais que o dia, a noite e muita disposição para a política, igualmente agride as pessoas e empresas que brigam contra a crise.

É certo que no rol das 71 pessoas investigadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito há inocentes. Mas é igualmente cristalina a culpa de um contingente expressivo dos políticos que ali comparecem, já verdadeiramente julgados pela opinião pública. Timidez na proposição do castigo ou no número de personalidades a castigar acabará levando para dentro do relatório a própria imagem da instituição e todos os seus membros. A frustração de tamanha expectativa terá propagação imediata, pois várias redes de televisão e emissoras de rádio estarão transmitindo a totalidade da sessão. E isso para não falar no repique da imprensa escrita, com as manchetes de todos os jornais amanhã e as capas das revistas no final de semana.

A cobrança de uma eventual fatura de insatisfação virá em outubro, não só no momento de votar para a renovação do Legislativo, mas também na hora de apontar o perfil do próximo presidente da República. Exatamente como na conquista de uma copa do mundo de futebol, o cumprimento do dever por parte da CPI e do Congresso injetará na opinião pública um importante analgésico cívico frente a uma realidade de problemas e dificuldades que em si pouco mudará de imediato. Mas não há como ignorar o poder mobilizador e transformador de um estado de espírito confortado pela visão da Justiça. A CPI e o Congresso terão que decidir, a partir de hoje, se veremos a reedição da final da Copa de 1950 ou de 1970.